



Conselho Económico e Social

Distribuição: Geral
19 de janeiro de 2026

Apenas em inglês

Comissão sobre o Estatuto da Mulher

Setenta sessão

9 a 20 de março de 2026

Acompanhamento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e da vigésima terceira sessão especial da Assembleia Geral intitulada «Mulheres 2000: igualdade de género, desenvolvimento e paz para o século XXI»

Declaração apresentada pela Casa Generalizia della Societa del Sacro Cuore, Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, Congregação da Missão, Congregações de São José, Conferência de Liderança Dominicana, Edmund Rice International, Fondazione Proclade Internazionale-Onlus, Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria-Loreto Generalate, Associação Internacional da Apresentação, Comunidade Loreto (Religiosas de Loreto), Padres e Irmãos Maryknoll, Irmãs Maryknoll de São Domingos, Inc., Passionistas Internacionais, Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Missões Salesianas, Inc., Religiosas Escolares de Notre Dame, Federação das Religiosas da Caridade, Religiosas de Notre Dame de Namur, Sociedade dos Missionários Médicos Católicos, UNANIMA International, VIVAT International, organizações não governamentais com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social*

O Secretário-Geral recebeu a seguinte declaração, que está a ser distribuída em conformidade com os parágrafos 36 e 37 da resolução 1996/31 do Conselho Económico e Social.

* A presente declaração é emitida sem edição formal.



Declaração

Como membros da Coalizão de Religiosas e Religiosos para Justiça — uma colaboração entre Religiosas, Religiosos e padres católicos e seus parceiros leigos que trabalham pela justiça, pela paz e pela ecologia integral —, abordamos esta 70ª Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW70) com um mandato social e espiritual enraizado na Doutrina Social Católica: defender a plenitude da dignidade humana que está presente em todas as pessoas, independentemente do gênero.

Uma pesquisa realizada com os membros da nossa rede global, incluindo respostas da África, Ásia, América Latina, Caribe, Oceânia, Europa e América do Norte, ilustrou algumas das barreiras legais e judiciais significativas e preocupantes à justiça de gênero que continuam a prejudicar o progresso nacional e global rumo à realização da dignidade humana. Mais da metade dos inquiridos indicou que:

- As mulheres/raparigas no seu país devem estar preparadas para enfrentar estigma, assédio ou ameaças de mais danos se denunciarem um crime cometido contra elas;
- A corrupção no sistema jurídico torna mais difícil para as mulheres/raparigas obterem justiça pelos crimes cometidos contra elas; e/ou
- As mulheres são mais vulneráveis do que os homens à apropriação ilegal de terras ou ao deslocamento forçado de suas terras.

Pelo menos 40% dos inquiridos indicaram:

- As mulheres/raparigas não podem confiar que os agentes da autoridade as tratem com respeito e dignidade;
- As suas leis dificultam que uma mulher/rapariga deixe um lar ou local de trabalho violento ou abusivo; e/ou
- As leis não garantem que mulheres e homens recebam salários iguais por trabalho igual. Entretanto, pelo menos um quarto dos inquiridos indicou:
- Os crimes cometidos contra mulheres/meninas não são levados a sério o suficiente pelos tribunais ou pelo sistema jurídico;
- Se uma mulher/menina for acusada de um crime, ela não pode esperar receber um julgamento justo;
- As suas leis não proíbem nem impedem eficazmente o casamento infantil; e/ou
- O sistema jurídico não serve as mulheres/meninas tão bem quanto serve os homens/meninos.

Particularmente vulneráveis dentro da população de mulheres/raparigas são as migrantes que não têm todos os direitos dos cidadãos (e/ou conhecimento dos mesmos); as comunidades que não falam a(s) língua(s) oficial(is) do sistema judicial do seu país; as pessoas surdas, cegas ou com deficiências físicas, para as quais os edifícios e procedimentos relacionados com a justiça são frequentemente inacessíveis.

Os membros e parceiros das nossas congregações em todo o mundo estão a responder ao mandato da dignidade humana através de uma variedade de ministérios que tentam apoiar a cura daqueles que foram prejudicados por injustiças baseadas no gênero:

- Em resposta aos crimes sexuais devastadores e às falhas na reparação cometidas dentro das instituições da nossa própria fé, as nossas congregações em todo o mundo têm trabalhado para estabelecer e promulgar medidas de proteção para crianças e pessoas vulneráveis.

adultos, incluindo formação para funcionários de instituições educativas, médicas e de serviços sociais na identificação e denúncia obrigatória de abusos.

- O “Proyecto La Fragua”, um projeto dos Missionários Claretianos no Uruguai, oferece um espaço para o acompanhamento social, jurídico e espiritual de mulheres que sofreram violência. Através de uma equipa técnica composta por um psicólogo, um assistente social e um advogado, o projeto trabalha em Progreso e nas favelas vizinhas para identificar casos de violência e convida os vizinhos das vítimas a participar no processo de empoderamento para que elas possam sair e se recuperar dos seus ambientes traumáticos.
- O gabinete das mulheres da Diocese de Moroto, no Uganda, gerido pelas Religiosas Missionárias Combonianas, aborda o casamento forçado e precoce, a violação durante o namoro e outras violações dos direitos das mulheres através de apoio jurídico, sensibilização, reintegração alternativa, abrigo para sobreviventes e empoderamento económico. As Religiosas colaboram com a polícia, o governo, as autoridades policiais e outras partes interessadas e estão a iniciar um programa de diálogo político para identificar soluções legislativas e judiciais para a violência baseada no género. As Religiosas estão envolvidas num ministério semelhante na África do Sul através de um Gabinete para Migrantes e Refugiados na Diocese de Pretória, que presta apoio jurídico e médico a mulheres em situação de migração irregular que sofreram violência de género.
- Em Hong Kong, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor administra abrigos para indonésias e filipinas que trabalham como empregadas domésticas estrangeiras e oferece-lhes formação sobre sensibilização para as questões de género. Também realizam visitas e aconselhamento psico-espiritual-social a trabalhadoras domésticas estrangeiras presas, acusadas de crimes e sem acesso a assistência jurídica.
- As Religiosas Passionistas no leste dos Camarões patrocinam um ministério de capacitação jurídica, financeira, social e política e de e o entre mulheres católicas que são professoras. O ministério responde às políticas discriminatórias de género que impedem a segurança económica e o bem-estar psicossocial das mulheres. Elas treinam professoras para conhecerem e defenderem os seus direitos de propriedade, equipam-nas como paralegais que treinam e apoiam umas às outras, facilitam o aconselhamento psicossocial e entre pares e apoiam grupos cooperativos de poupança e empréstimo. Também organizam «Fóruns de Diálogo» com líderes tradicionais e conselhos paroquiais para promover práticas que respeitem os direitos nas suas comunidades.

Reconhecendo que a prevenção da injustiça de género é mais justa e mais eficaz na prática do que os esforços para reparar os danos que ela causa, a nossa rede de religiosos católicos e seus parceiros leigos também está empenhada em participar ativamente na vida pública e política das nossas respectivas sociedades, a fim de contribuir para a transformação das estruturas sociais, políticas, económicas, legais e judiciais. Para tal, apelamos aos Estados-Membros das Nações Unidas para que tomem as seguintes medidas:

- Estabelecer parcerias com líderes de ONGs locais, comunidades religiosas e prestadores de serviços essenciais para aumentar a consciência pública sobre os danos a longo prazo causados pela mutilação genital feminina; a falta de educação das meninas; casamentos e gravidez infantis/precoces/forçados; imposição de estereótipos de género; estigmatização ou exclusão de vítimas de violência sexual, mulheres sem filhos, mães solteiras, pessoas transgénero, pessoas com infeções sexualmente transmissíveis e viúvas da vida familiar ou comunitária

- Incorporar a educação sexual abrangente — incluindo conceitos de relacionamentos saudáveis, consentimento e autonomia corporal — nas escolas públicas
- Estabelecer e promulgar medidas de proteção para crianças e adultos vulneráveis, incluindo formação para funcionários de instituições educativas, médicas e de serviços sociais na identificação e denúncia obrigatória de abusos
- Apoiar a liberdade das famílias de empregarem uma divisão não tradicional das tarefas familiares através de políticas de licença parental/familiar que se apliquem a pessoas de todos os gêneros e da proibição de políticas salariais discriminatórias em todos os setores de emprego
- Integrar o ensino básico da língua gestual mais utilizada no país para todos os alunos do ensino básico
- Estabelecer programas de alojamento de emergência para vítimas de violência de gênero e seus dependentes, com uma abordagem que priorize o alojamento e serviços de apoio sensíveis às questões de gênero
- Eliminar as distinções baseadas no gênero nos códigos legais relativos aos direitos de herdar/possuir terras ou bens, de ser protegido contra a confiscação arbitrária/deslocação forçada de terras, de procurar emprego em qualquer setor, de receber uma remuneração proporcional ao seu trabalho, de participar em eleições e de se candidatar a qualquer cargo político
- Estabelecer empréstimos para educação e empreendedorismo para mulheres/meninas em áreas remotas, pessoas com deficiência e pessoas de comunidades étnicas e linguísticas minoritárias
- Proibir os autores de violência baseada no gênero de possuir armas de fogo
- Isentar as vítimas de tráfico da punição por ações que os traficantes as obrigaram a realizar
- Desvincular todos os vistos de trabalho de empregadores específicos
- Exigir que todos os recrutadores de mão de obra estrangeira que operam no país utilizem processos rigorosos de verificação dos empregadores e acompanhamento dos empregados, a fim de evitar o tráfico e a exploração dos seus clientes
- Estabelecer, em todas as instituições e procedimentos de justiça criminal, formação e outras disposições para a proteção da dignidade, segurança e privacidade de qualquer pessoa que apresente uma queixa legal de tráfico ou violência sexual, bem como um mecanismo independente e sensível às questões de gênero para a reparação de queixas contra agentes da lei e tribunais ou contra agências de recrutamento de mão de obra
- Estabelecer disposições de acessibilidade que apoiem a participação de pessoas em áreas remotas, com deficiências ou em comunidades linguísticas minoritárias nas eleições e na vida política
- Estabelecer programas de reestruturação ou perdão da dívida externa que redirecionem os pagamentos de empréstimos dos países em desenvolvimento para os seus orçamentos nacionais, a fim de financiar serviços jurídicos gratuitos para vítimas de violência de gênero e educação/formação profissional gratuita para todas as crianças e jovens, incluindo adaptações de acessibilidade para crianças em áreas remotas, com deficiência ou em comunidades linguísticas minoritárias

Por ocasião da CSW70, estamos prontos para colaborar com todos os Estados para a concretização das medidas acima referidas. Além disso, renovamos o nosso compromisso de participar de boa-fé na reforma em curso dos nossos quadros díspares e partilhados para a articulação, proteção, restauração e realização dos direitos, até que a plena dignidade humana das pessoas de todos os géneros se reflita nos mesmos.
